

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

EXECUÇÃO PENAL E A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Autor/Apresentador: GROSS, Rauli Jr, Doutor, Prof. Assistente junto ao Departamento de Direito Processual /UEPG e-mail: rauli@hilgenbergadvogados.com.br

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados do projeto desenvolvido pela UEPG na Vara de Execução Penal de Ponta Grossa, em parceria com Conselho da Comunidade, Conselho de Segurança, OAB/Ponta Grossa e APAC-Ponta Grossa. Destacamos os projetos desenvolvidos na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e no Presídio Hildebrando de Souza, vinculados à área de Direitos Humanos, o quais oportunizam aos discentes do curso de Direito da UEPG a participação de forma empírica no processo de Execução Penal. Entre os principais objetivos do projeto está a implementação da Justiça Restaurativa no âmbito da execução penal, debatendo o processo de reabilitação e reinserção social no sistema prisional da comarca. Entre as atividades desenvolvidas pelo projeto está na prestação de assistência jurídica e o levantamento de dados referentes ao perfil dos apenados de nossa cidade, tais como idade, tempo médio de condenação, tipo penal, grau de instrução, profissão, entre outros, possibilitando assim o desenvolvimento de estudos relacionados a questões sociais, culturais e econômicas dos condenados, dados que serão confrontados com anos anteriores e cujas informações estão auxiliando na propositura de novos Projetos que visam diminuir a incidência criminal, assim como para conhecimento e divulgação da atual situação carcerária das unidades prisionais da cidade.

Palavras-chave: Execução Penal. Reabilitação. Reinserção Social. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A cidade de Ponta Grossa a exemplo do que ocorre no restante do país, vem sofrendo com o aumento da criminalidade e conseqüentemente da população carcerária, o que gera um sentimento de insegurança na sociedade. Compreender esse processo de criminalização é essencial para o desenvolvimento das Políticas Públicas, até porque entre os múltiplos fatores que desencadeiam esse processo podemos destacar o econômico-social.

O presente projeto visa compartilhar com a comunidade local informações sobre o Sistema Penitenciário, quebrando paradigmas em relação ao sistema carcerário o qual se apresenta como um grande laboratório da vida social. O presente trabalho está vinculado à área de Direitos Humanos e voltado à implementação de políticas criminais no âmbito de execução da pena, visando garantir o acesso à justiça e a proteção aos Direitos Fundamentais dos apenados.

Através do levantamento de dados podemos constatar algumas particularidades dos apenados de Ponta Grossa e do seu perfil social tais como, índices de baixa escolaridade; faixa etária jovem; ausência de qualificação profissional; incidência criminal a qual prevalece

os crimes de natureza patrimonial relacionados diretamente ou indiretamente ao consumo de drogas. Tais fatores que devem ser considerados no processo de execução penal para otimizar a reabilitação e reinserção social do recluso visando inibir a reincidência e incidência criminal.

As atividades do projeto desenvolvido perante a Vara de Execução Penal de Ponta Grossa no ano de 2016, incentivou o debate acadêmico sobre novas políticas sociais adequadas ao perfil dos detentos, visando aumentar os índices de reabilitação e ressocialização através da prevenção e da participação da social.

OBJETIVOS

As atividades do projeto de extensão estão vinculadas a Vara de Execução Penal da comarca de Ponta Grossa, mantendo durante suas três edições o seu objetivo de que prestar assistência jurídica aos apenados carentes da região e auxiliar os cartórios criminais em suas atividades, prestando assessoria e encaminhamento de benefícios, tendo em vista a ausência de suporte jurídico adequado nos estabelecimentos prisionais da região.

Entre os Objetivos específicos do Projeto estão: 1) Orientação dos detentos acerca de seus direitos e deveres; 2) Acompanhamento do processo de execução de penas junto a VEP; 3) Oportunizar aos acadêmicos do curso de Direito o desenvolvimento de atividades práticas; 4) Desenvolvimento de atividades de inclusão social, acesso à cultura, ao estudo, a cursos profissionalizantes, e a demais atividades relacionadas aos Direitos Humanos; 5) Promover palestras e seminários sobre as Políticas de Reabilitação e Reinserção Social perante a comunidade local. 6) Realização de oficinas temáticas para divulgação e debate sobre a Lei de Execução Penal. 7) Fortalecimento da participação dos acadêmicos da UEPG em questões que envolvam os problemas sociais da região, assim como a ampliação do campo de estágio.

No âmbito institucional o projeto prevê a criação em caráter permanente na Universidade Estadual de Ponta Grossa do Núcleo de Estudos Execução Penal junto a VEP de Ponta Grossa, dando apoio aos projetos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Ponta Grossa (APAC-Ponta Grossa).

METODOLOGIA

O projeto visa o acompanhamento de casos e assistência jurídica perante a Vara de Execução e Varas Criminais da comarca de Ponta Grossa, através do Núcleo de Prática Jurídica da UEPG, e se desenvolve a partir da análise de casos práticos e através de

entrevistas com detentos, promovendo debates e o estudo dirigido com os acadêmicos do curso de Direito sobre as causas do desvio de comportamento, e de aspectos que envolvem o processo de execução e reabilitação criminal dos apenados.

Ainda que prevaleça durante a execução do Projeto como metodologia aulas expositiva e análise processos de execução, os discentes mediante acompanhamento do coordenador do projeto desenvolvem visitas à Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, ao Presídio Hildebrando de Souza e a Vara de Execução Penal da comarca de Ponta Grossa para o levantamento de dados.

Outra dinâmica desenvolvida é a realização de palestras sobre a violência e incidência criminal perante as associações de bairro, clubes de serviço e/ou outros locais que se fazem necessários, bem como para alunos do ensino médio e fundamental. A metodologia utilizada para o levantamento de dados do perfil dos detentos representadas por três tabelas ocorreu de forma periódica entre os meses de março a dezembro de 2016, onde consta dados comparativos com os anos anteriores, através da análise dos relatórios fornecidos pela secretaria da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, tendo como técnica de pesquisa a coleta de dados específicos pré-determinados pela coordenação referentes à faixa etária, tipo penal, grau de escolaridade, qualificação profissional, tempo de condenação, índices de reincidência criminal, correspondendo os resultados apresentados aos dados apurados no final do mês de dezembro de 2016.

RESULTADOS

No ano de 2016 foram levantados dados junto Vara de Execução Penal da comarca de Ponta Grossa, sendo analisadas planilhas referentes ao perfil dos presos, tipos penais, número de vagas nos estabelecimentos penais, assim como foram elaboradas peças referentes ao benefício de Progressão de Regime, correção de Data-base para cálculo de benefícios, tendo em vista que um grande número de detentos não possui defensor constituído na fase de execução da pena, os quais necessitam de acompanhamento processual.

Os levantamentos apurados em todo o período demonstram que os números apresentados tiveram pequenas variações em relação aos anteriores e que tendem a evoluir de forma negativamente pela ausência de políticas públicas, conforme levantamento realizado na Unidade da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa¹, cujos dados seguem abaixo:

¹ Fonte planilhas de dados fornecidas pela PEPG - Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e CRAPG (Centro de Regime Semiaberto Ponta Grossa durante o mês de dezembro de 2016.

- a) **Perfil profissional – Tabela 01**, demonstra que as áreas de atuação não exigem capacitação profissional e a remunerações é relativamente baixa.
- b) **Grau de instrução – Tabela 02**, os resultados demonstram que os apenados possuem baixo grau de escolaridade, existindo muitos analfabetos e a grande maioria com ensino fundamental incompleto.
- c) **Tipos Penais – Tabela 03**, os dados colhidos demonstram que o crime de tráfico lidera a incidência criminal, sendo que os homicídios e os crimes de ordem patrimonial na maioria dos casos analisados está relacionada direta ou indiretamente ao crime de tráfico.

Perfil Profissional

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------------|------------|------------|
| Áreas de Comércio | 20 | 22 | 16 |
| Área de Transporte | 10 | 07 | 07 |
| Mecânico de veículo e similares | 16 | 17 | 14 |
| Serviços Gerais | 66 | 61 | 53 |
| Trabalhador rural, florestal ou mineral | 36 | 24 | 30 |
| Pedreiro | 38 | 50 | 50 |
| Pintor | 34 | 36 | 33 |
| Trabalhador da Construção Civil | 97 | 100 | 116 |
| Área de Produção | 11 | 15 | 15 |
| Sem profissão definida | 124 | 154 | 166 |
| Total | 452 | 486 | 500 |

Tabela 01

Grau de Instrução

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Analfabeto | 2 | 1 | 2 |
| Alfabetizado | 92 | 96 | 102 |
| Ensino fundamental incompleto | 230 | 232 | 253 |
| Ensino fundamental completo | 50 | 81 | 69 |
| Ensino médio incompleto | 51 | 43 | 45 |
| Ensino médio completo | 24 | 28 | 27 |
| Ensino superior incompleto | 0 | 2 | 1 |
| Ensino superior completo | 3 | 2 | 1 |
| Ensino acima do superior completo | 0 | 1 | 0 |
| Total | 452 | 486 | 500 |

Tabela 02

Tipos Penais

| | 2014 | 2015 | 2016 |
|------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Tráfico | 141 | 158 | 121 |
| Disparo/posse/porte ilegal de arma | 72 | 71 | 155 |
| Homicídio Simples | 39 | 37 | 38 |
| Homicídio Qualificado | 48 | 48 | 84 |
| Sequestro e cárcere privado | 04 | 05 | 04 |
| Lesão Corporal | 17 | 23 | 38 |
| Furto | 99 | 114 | 106 |
| Roubo | 107 | 113 | 108 |
| Latrocínio | 46 | 40 | 40 |
| Extorsão | 01 | 00 | 03 |
| Estelionato | 08 | 06 | 10 |
| Estupro | 33 | 36 | 61 |
| Atentado violento ao pudor | 00 | 00 | 40 |
| Corrupção de menores | 00 | 00 | 10 |

Tabela 03

A partir de tais dados o professor coordenador juntamente com a Direção do Presídio Hildebrando de Souza e Conselho da Comunidade, puderam traçar novas estratégias em programas de acesso à cultura, entre os quais destacamos a recente inauguração naquela unidade de uma sala de aula com capacidade para 25 alunos, que através dos CEBEJAS iniciou um programa permanente de alfabetização.

Também no sentido de profissionalização dos detentos foi desenvolvido em parceria com o Conselho da Comunidade um Projeto de Capacitação Profissional para os detentos do regime aberto, sendo ofertado no ano de 2016 dois cursos, um para Frentistas e outro para Garçom, ambos com certificação e da carga horária e que foram desenvolvidos na sede da escola da Magistratura em Ponta Grossa.

No âmbito estadual o professor coordenador e os discentes participantes do Projeto, elaboraram as ementas de um curso de especialização a distância em Gestão Penitenciária, a ser ofertado aos Agentes Penitenciários pela Universidade Virtual do Paraná em parceria com a UEPG e a Escola de Agentes Penitenciários do Estado do Paraná, cuja ementa foi aprovada pela SETI em novembro/2016, e que atualmente aguarda a aprovação da planilha financeira.

Outras atividades foram desenvolvidos a partir da intervenção deste Projeto:

- a) A realização de 10 palestras em entidades locais, entre as quais destacamos: Patronato Municipal, Grupo Melhor Viver, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto Florisvaldo Chacon de Ciências Criminais, Faculdade UNOPAR, entre outras;
- b) Foi dado prosseguimento ao **“Projeto Hollywood - Direitos Humanos e Cinema”** no qual grupos de detentos tiveram acesso a filmes, cujos conteúdos foram didaticamente escolhidos, visando sempre a valorização humana e a resolução de conflitos, sendo este projeto pelo 2º ano consecutivo selecionado como um dos finalistas no Estado do Paraná ao **Prêmio Inovare 2016**, que premia as experiências inovadora voltadas para a população carcerária.
- c) Outro projeto que foi desenvolvido no ano de 2016 foi à distribuição de uma cartilha aos Empresários locais divulgando os benefícios da contratação de detentos para desenvolvimento de atividades de trabalho, visando à reinserção no Mercado de Trabalho e a qualificação profissional, projeto que se enquadra no **“Programa Começar de Novo”**, lançado pelo CNJ e busca sensibilizar a população para a necessidade de reinserir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do levantamento de dados sobre o perfil dos detentos, comprovou-se que um dos principais problemas dos estabelecimentos prisionais da cidade está na ausência de

Políticas Públicas voltadas a profissionalização, desenvolvimento escolar e cultural dos apenados durante a execução da pena, preparando-os para retornar a sociedade e ao mercado de trabalho, fatores que certamente influenciaram para o aumento da reincidência criminal que hoje alcança índices superiores a 80%, o que resultou no aumento da população carcerária, a exemplo do que ocorre no Presídio Hildebrando de Souza cuja capacidade é de 207 detentos e chegou a abrigar no mês de novembro/2016 o número recorde de 798 presos.

Tais números² nos mostram que os apenados locais tem um baixo grau de periculosidade, cuja incidência principal é de ordem patrimonial, estando diretamente ou indiretamente relacionados ao consumo e ao tráfico de drogas, sendo a maioria dos apenados homens (80%), com idade entre 18 a 45 anos, que não possuem escolarização ou qualificação profissional o que inviabiliza a inserção no mercado de trabalho.

Os acadêmicos que participaram do projeto puderam visitar as Unidades Prisionais da cidade verificando as suas estruturas e a forma de funcionamento, assim como passaram a compreender através dos relatórios e peças apresentadas que os detentos locais possuem um perfil próprio, e que não há um acompanhamento periódico dos processos de Execução Penal e, em relação aos fatores que geraram o desvio de comportamento não existe um programa efetivo de reabilitação e reinserção social, daí os altos índices de reincidência local.

REFERENCIAS

- BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral**, vol.1, São Paulo : Saraiva.
- BONFIM, E. M. **Curso de Processo Penal**. São Paulo : Saraiva.
- CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
- DOTTI, R. A. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense.
- GRECO FILHO, V. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
- MATOS, J. C. de. **Prática e Teoria do Direito Penal e Processo Penal**. Campinas: Bookeseller.
- MIRABETE, J. F. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas.
- NORONHA, E. M. **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva.
- TORNAGHI, H. B. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

² Fonte planilhas de dados fornecidas pela PEPG - Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e Mini Presidio Hildebrando de Souza, período de março a dezembro de 2016.